

António Luís Pereira ■ Nuno Miguel Soares *

Ansiães, um povoado com rupturas no seu processo histórico? **

INTRODUÇÃO

Com um potencial passível de ser rentabilizado a partir de um projecto enquadrável em esquemas contempladores de inovadoras actividades económicas, a vila medieval de Ansiães, situada no concelho de Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança, reúne, pela sua monumentalidade arquitectónica e pelo seu interesse arqueológico, as características base indispensáveis à criação de um novo espaço turístico na região duriense, capaz de atrair o interesse de uma procura caracterizada cada vez mais por padrões de exigência pautados por índices de qualidade ambiental e patrimonial.

Quando em 1995 nos enquadrámos no projecto de investigação de História Medieval do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), já uma ideia nos norteava: definir uma estratégia de pesquisa de forma a gerar repercussões a nível da cultura, da sociedade e da economia locais. Para isso, é indispensável o financiamento de um projecto de valorização patrimonial deste sítio arqueológico que permita elaborar um conjunto de prioridades fundamentais de recuperação, protecção e dinamização de todo este espaço amuralhado.

SÍNTESE DOS ELEMENTOS DOCUMENTAIS DE REFERÊNCIA À HISTÓRIA DE ANSIÃES

O enejo de redacção do presente artigo encontra-se limitado por um trabalho de prospecção e levantamento bibliográfico donde resultou um conjunto de dados documentais que será indispensável confrontar com as fontes existentes no

* Arqueólogos, investigadores do GEHVID.

** Agradecemos à Dr^a Isabel Alexandra Lopes a colaboração prestada na elaboração deste artigo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Portanto, o nosso ponto de partida para uma primeira abordagem da documentação escrita existente sobre o castelo de Ansiães está fortemente condicionado pela interpretação de outrém e, neste caso, pela interpretação de todos aqueles que, de uma maneira mais superficial ou mais aprofundada, dedicaram a este povoado alguns artigos ou trabalhos de investigação. Se é verdade que a maior parte das referências documentais que utilizámos pertencem a autores condicionados pela escola historiográfica do seu tempo – finais do século XIX e inícios do século XX – não é menos verdadeira a utilidade de que se revestiram esses estudos, transcrições ou referências que constituíram o ponto de partida da nossa investigação. Evidentemente que, no futuro, pretendemos ver este conjunto documental confrontado com uma minuciosa análise e interpretação do amplo conjunto documental que desejamos reunir a muito curto prazo. Por isso as achegas que aqui colocamos ainda não se põem em termos interpretativos, e muito menos é nossa pretensão elaborar ou aplicar um qualquer quadro teórico ou explicativo ao passado histórico deste lugar que, no nosso entender, se encontra fundamentalmente enterrado numa estratigrafia com milhares de anos.

Neste texto, apenas apresentamos uma primeira síntese de elementos documentais que estamos empenhados em ampliar, refutar ou confirmar com o desenvolvimento da nossa investigação. Para isso pensamos apoiar-nos quer numa selecção, análise e interpretação das fontes documentais, quer num acervo resultante em primeiro lugar da documentação material exumada através de escavações arqueológicas e, em segundo lugar, mas não menos importante, do recurso a um diálogo multidisciplinar que será forçoso explorar até aos limites da possibilidade.

Localizada na actual freguesia da Lavandeira, esta vila fortificada apresenta uma estrutura defensiva composta por duas muralhas que protegem duas áreas com aparente distinção funcional. O castelo, que se implantou de forma a adequar-se às características topográficas do local, é protegido por uma primeira muralha de forma aproximadamente circular e reforçada por cinco torres quadrangulares. No espaço protegido por esta muralha, na cota mais elevada, são ainda perceptíveis um conjunto de vestígios resultantes da torre de menagem e seus anexos, da cisterna, e diversos alinhamentos organizados com pedra aparelhada de muito boa qualidade. A funcionalidade inerente à peculiaridade deste primeiro espaço constitui ainda uma incerteza, no entanto a concentração de materiais calcólicos¹ permite, desde já, supor que esta área é a que encerra uma ocupação

1 Esta concentração de materiais calcólicos foi documentada aquando da primeira campanha arqueológica por nós efectuada no ano de 1995, que constou de um trabalho sistemático de recolha de materiais de superfície. Também F. Sande Lemos nos dá notícia da recolha de fragmentos cerâmicos atribuíveis ao calcólico, recolha essa efectuada em 1987 durante a realização de sondagens arqueológicas.

Ansiães, um povoado com rupturas no seu processo histórico?

com cronologias mais antigas. No respeitante à época medieval uma primeira questão poderá ser formulada: tratando-se de um espaço cuja dimensão é manifestamente inferior ao circundado por uma segunda linha de muralhas, qual a razão porque se concentram na sua estrutura defensiva cinco torres, representando uma clara desproporcionalidade em relação ao número de torres existentes nessa segunda linha que possui um perímetro substancialmente superior? Será que estamos perante um espaço especializado na função defensiva? Uma espécie de último reduto onde se localizavam as actividades militares? A estas questões pretendemos a curto prazo associar os resultados das nossas escavações.

A segunda fortificação, a que já aludimos, circunda uma área muito mais extensa onde são detectáveis derrubes e alicerces de um conjunto de estruturas que se agrupam em função de um ordenamento que parece corresponder a uma distribuição interna de caminhos. Esta muralha, com uma extensão superior a 600 metros, é composta por mais três torres quadrangulares, e nela foram rasgadas quatro portas donde partem e chegam caminhos que se cruzam entre si, parecendo estruturar o espaço habitado em bairros ou quarteirões cujo significado hierárquico ou funcional ainda não conseguimos detectar (Fig. 1).

A ocupação humana deste complexo defensivo, no sentido estritamente arqueológico, pode ser recuada até ao período calcolítico, como parece demonstrar o espólio resultante das recolhas de superfície e das sondagens arqueológicas² aqui realizadas em 1987. Em função destas primeiras constatações poder-se-

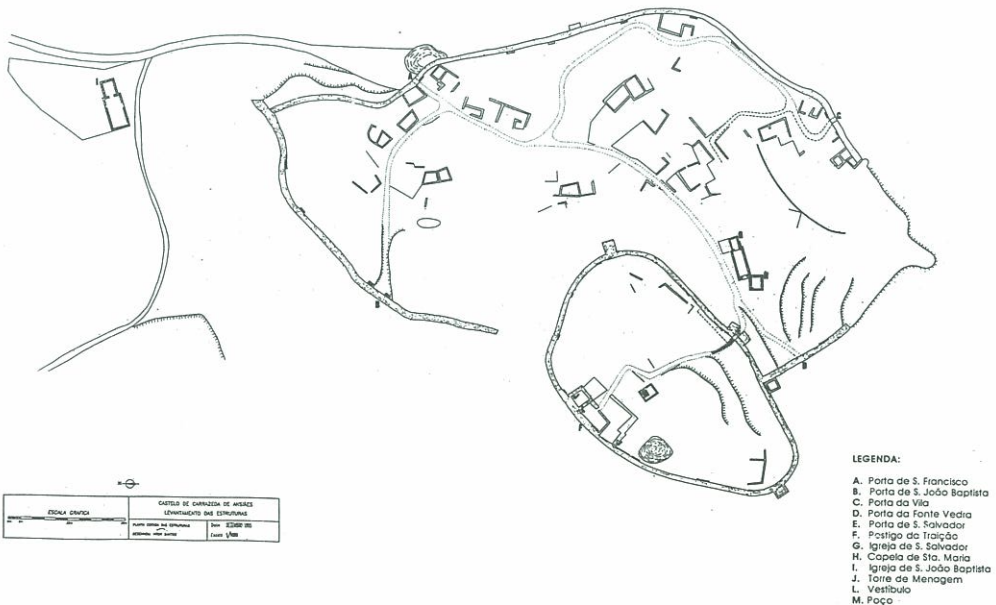


Fig. 1

-ia hipoteticamente deduzir os indícios de uma longa continuidade de ocupação humana. No entanto, no actual estado da investigação, ainda não possuímos provas documentais de cariz material que nos informem sobre períodos como a Idade do Ferro, Romanização e Alta Idade Média, o que de momento impede a colocação de qualquer hipótese explicativa de ordem cultural consistente e cientificamente credível. Só o desenvolvimento de um programa de investigação no local poderá, no futuro, preencher estas lacunas e muitas das nossas dúvidas. Nenhum elemento material nos permitiu, até ao momento, conjecturar a existência de uma ocupação relacionada com a Idade do Ferro³ e, a existir uma ocupação romana, esta deverá ter-se situado no sopé da vertente Norte do povoado, num terreno com uma morfologia menos acidentada e quase plana, onde foram detectados significativos fragmentos de tégula.

A ausência de vestígios ou provas documentais constitui, até ao momento, um obstáculo difícil de ladear. Só o registo arqueológico alimenta a esperança de obtenção de alguns dados que possam satisfazer o grande desejo de esclarecimento desta época.

A presença árabe constitui também uma incógnita de difícil explicação, apesar de quase certa a existência de uma zona territorial ocupada alternadamente quer por mouros quer por cristãos. Esta área territorial que incorporava Ansiães pode ter permitido uma grande maleabilidade negocial por parte dos seus habitantes, que conviviam com uns e com outros e que de ambos teriam o interesse em obter o maior conjunto possível de direitos e garantias.

Deste modo pode ter-se gerado um quadro de actuação política que atenuava as atitudes agressivas dos chefes árabes e cristãos que disputavam a fidelidade dos habitantes desta região. Dentro desta conjuntura política definida pela reconquista, Fernando Magno, em meados do século XI, contempla Ansiães com uma Carta de Foral. Ora, este foral poderá ser entendido como destinado fundamentalmente «a captar para a zona de influência cristã as populações recém conquistadas entre 1057 e 1064»⁴.

D. Afonso Henriques em 1160, Sancho I em 1198, Afonso II em 1219 e, finalmente, D. Manuel I, promulgam forais à terra onde nasceu o oitavo vice-rei da Índia. Os referidos documentos conferiam liberdades e privilégios a quem habitava este concelho, na altura com uma dimensão geográfica menor do que a actual devido à existência de outras unidades administrativas, como Linhares e Vilarinho da Castanheira.

³ F. Sande Lemos, no artigo citado em 2, refere-se a «cerâmica típica do ferro e materiais romanos, incluindo *Terra Sigilata Hispanica*», como fazendo parte do espólio resultante das suas sondagens.

⁴ Mattoso (1988), vol. I, p. 322.

Em 1277, Afonso III concedeu a esta vila o privilégio de uma feira de um dia em cada mês⁵ e, nos inícios do século XIV, em 1310, o povoado, devido à sua importância dentro da província de Trás-os-Montes, é visitado por Afonso IV.

Continuam a informar-nos os documentos escritos que, em 1372, o senhorio da vila é concedido por D. Fernando a João Rodrigues Porto Carreiro⁶, fidalgo que desde muito cedo se incompatibilizou com as aspirações dominantes no seio de uma maioria populacional que politicamente se lhe opunha. Quando deflagra a crise de 1383, o povo da vila revolta-se contra a família Porto Carreiro, obrigando-a ao refúgio em Vilarinho da Castanheira. Aí, o fidalgo seguidor da facção espanhola é derrotado e D. João I, reconhecido, doa ao concelho os bens da família Porto Carreiro, ao mesmo tempo que alarga a jurisdição de Ansiães até Vilarinho da Castanheira, Favaios e Alijó, terras que, tal como os Carreiro, apoiaram o partido castelhano.

Nos finais de 1385 isenta D. João I os habitantes de Ansiães do pagamento de costumagens e portagens em todo o reino⁷. Ainda como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sua causa, o Mestre de Avis decreta a obrigatoriedade de prestação de adua⁸ por parte dos habitantes de Freixiel, Murça e Abreiro, para o levantamento dos muros e torres, datando dessa altura o amuralhamento da vila que actualmente se encontra em razoável estado de conservação.

O período áureo de desenvolvimento e progresso desta vila deve ter-se verificado ao longo da Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV) sendo provavelmente esta fase de prosperidade a responsável pela destruição de estruturas de antigas ocupações que pensamos ver detectadas estratigraficamente com o desenvolvimento do nosso projecto de investigação arqueológica.

Como última referência documental, é de assinalar o documento outorgado por D. Afonso V em 1443, que atribui aos besteiros de Ansiães grandes privilégios e isenções⁹.

Até D. Manuel I, que em 1 de Julho de 1510 lhe atribui novo foral, Ansiães estava dividida em duas paróquias: a de S. João, extra-muros, cuja sede de aba-

⁵ ANTT. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 133, ref. Alves 1983: IV, 206, nº 52. 1277, Abril, 16 – D. Afonso III concede carta de feira a Anciaães.

⁶ ANTT. Chancelaria de D. Fernando, f. 102., ref. Alves 1983: IV, 208, nº 51. 1372, Março, 13 – Doação de Anciaães a João Rodrigues Porto Carreiro.

⁷ ANTT. Chancelaria de D. Manuel I. 1. liv. 28, f.133. ref. Alves 1983: IV, 215, nº 58. 1386, Outubro, 11 – Concelho d'Amciaães privilegio aos moradores da dita villa e seu termo que não paguem portagens nem costumajeens.

⁸ ANTT. Chancelaria de D. Manuel I., liv 28., f. 133. ref. Alves 1983: IV, 212, nº 55. 1384, Junho, 19 – São obrigados os de Feixiel, Abreiro e Murça a concorrer para o levantamento dos muros e torres de Anciaães.

⁹ ANTT. Chancelaria de D. Afonso V. Liv. 27. f. 26, ref. Alves 1983: IV, 216, nº60. 1443, Fevereiro, 6 – D. Afonso V concede privilégios e isenções aos besteiros do conto de Ansiães.

dia se situava na igreja românica de S. João Baptista, e a de S. Salvador, intramuros, onde funcionava a sede de abadia com o mesmo nome. Por autorização papal, D. Manuel converteu estas abadias em reitorias que deram origem a duas comendas da ordem de Cristo. Absorvidas desta forma pelos comendadores que passaram a usufruir dos rendimentos do património eclesiástico, pelo menos até ao século XVI, tanto a igreja de S. Salvador como a de S. João, embora já em fase decadente, foram sedes de amplas paróquias que abrangiam uma vasta área que chegou a atingir a jurisdição de Favaios, o que de certa forma atesta a importância urbana e administrativa da vila de Ansiães ao longo dos séculos finais da Baixa Idade Média.

No entanto, a partir desta altura e depois de atingido o período áureo do povoado ansianense, uma tendência depressiva atinge o comportamento demográfico do lugar. Em 1527, algumas aldeias que constituíam o município contavam com uma população superior à da vila. Zedes, Belver, Fontelonga, Marzagão e Seixo de Ansiães aparecem como aldeias em franco desenvolvimento económico, agrícola e demográfico, enquanto o «castelo» sofre uma ruptura que progressivamente se vai agudizando nas centúrias seguintes. A explicação para tal fenómeno constitui um dos principais estímulos do nosso trabalho. Apesar da grande dificuldade em sustentar documentalmente a conjugação do que poderá ter sido um conjunto de causas despovoadoras, arriscamos uma primeira hipótese.

Alguns autores do início do século consideraram como causas fundamentais deste despovoamento a elevada taxa de mortalidade aristocrática resultante dos acontecimentos de Alcácer Quibir onde, afirmam convictamente, morreram muitos nobres! Outros defenderam como causa principal a descoberta da pólvora e consequente generalização da artilharia que tornou ineficaz o sistema de amuralhamento e, portanto, a segurança dos seus moradores quando confrontados com o inimigo¹⁰. Evidentemente que estes dois exemplos pretendem apenas ser ilustrativos da tentativa de resolver uma dúvida que também a nós causa inquietação: quais os motivos, as causas ou determinações que levaram esta população a abandonar o lugar.

Podem ser muitas e variadas essas razões mas, para o caso de Ansiães, pese embora o muito que ainda nos falta investigar, avançamos uma primeira hipótese explicativa que gostaríamos de ver debatida.

Pensamos que os principais motivos deste despovoamento devem estar relacionados com a escassez dos meios de produção, nomeadamente terra arável e água, bem como com a deficiente rede de acessos que a fortificação tinha em relação ao principal eixo de escoamento da produção: o rio Douro.

¹⁰ Ferreira (1932).

Quando uma população não consegue satisfazer as necessidades produtivas correspondentes a determinado estágio de desenvolvimento e mutação do quadro económico nacional dentro de determinado espaço circunscrito, alguns membros dessa população optam pela transladação para zonas onde essa dinâmica económica seja possível. A população de Ansiães poderá ter crescido até esse limite; se nos tempos medievais a sua posição num relevo adverso, isolado, com pouca água, sem relação com os eixos viários e fluviais, constituía a sua principal força de sobrevivência, as exigências dos tempos modernos acabaram por a debilitar, e a população de Ansiães rapidamente trocou o agreste promontório por locais onde era possível a actividade produtiva a uma maior escala: o vale e o lameiro, ou seja, locais com melhor acessibilidade, com solos mais ricos e abundantes em água. Esta transladação para novas áreas pode ter favorecido uma nova forma de apropriação de bens de produção, sobretudo terra, o que acabou por favorecer especialmente os detentores da pequena e média propriedade, núcleo de produção por excelência neste território.

Dentro de um inovador enquadramento económico resultante da mutação do tradicional quadro produtivo, pode-se ter intensificado a produção de tradicionais e novos produtos agrícolas que, cada vez mais, foram direccionados para objectivos comerciais. Estas alterações podem ter favorecido o crescimento das aldeias adjacentes ao castelo e de todas as outras que pouco a pouco foram constelando os vales dos rios Douro e Tua. Ora, a maior coincidência desta hipótese de trabalho reside precisamente na intensificação, a partir desta altura, da produção de vinho, azeite e figos verdes ou secos, que irão, século e meio mais tarde, constituir os principais produtos de proveniência local comercializados no porto da foz do rio Tua.

Desta forma se tornou irreversível o despovoamento da velha Ansiães que, a pouco e pouco, se vê ultrapassada pelo crescimento de Carrazeda, para onde se mudou em 1736 a sede do concelho. Esta determinação, muito polémica na altura, acabou por oferecer grande resistência por parte dos últimos moradores. No entanto, a mudança tornou-se inevitável, já que nessa data apenas treze famílias habitavam o local.

Quando, em 1995, foi elaborado o projecto de investigação para a Vila Medieval de Ansiães, fomos confrontados com a necessidade de definir áreas prioritárias de incidência das escavações arqueológicas. Rapidamente determinámos a igreja de S. João Baptista extra-muros como o local onde a necessidade de uma escavação se fazia sentir com maior urgência. O estado de abandono e ruína em que se encontrava este imóvel foi decisivo para a nossa opção, e desde muito cedo uma ideia e um projecto nos estimularam: por um lado, estudar com um método adequado e até à exaustão uma estrutura arquitectónica de características tão peculiares, por outro, o restauro e a recuperação desta igreja medieval,

acção considerada de maior utilidade no contexto do projecto de valorização da Vila Medieval de Ansiães. Nesse sentido, em 1996 arrancou-se com a primeira fase da intervenção arqueológica que teve os apoios da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães e do GEHVID. Inicialmente programados para um mês, os trabalhos de intervenção arqueológica propriamente ditos acabaram por ser reduzidos a quinze dias, já que o restante tempo acabou por ser ocupado com a limpeza dos derrubes e entulhos que cobriam toda a área interna da igreja onde se efectuaram as sondagens.

De aspecto rústico, sem portal frontal e com um conjunto de elementos decorativos muito modesto, a igreja de S. João acaba por constituir uma curiosidade, uma incógnita e uma surpresa no panorama do românico português.

Desconhece-se a data da sua edificação, mas sabe-se que já existia no reinado de D. Pedro¹¹. De um arcaísmo construtivo que a antagoniza de forma drástica e incompreensível com a sua congénere (a igreja de S. Salvador intra-muros), as questões que imediatamente nos ocorreram perante esta comparação suscitaram-nos as primeiras hipóteses que, sendo de difícil comprovação, constituem, pelo menos momentaneamente, as interrogações indispensáveis a uma futura conclusão.

Perante o arcaísmo de edificação revelado por esta igreja, onde sobressai uma técnica construtiva constituída por grandes silhares que se sobrepõem entre si utilizando a técnica do «engalinhado», fomos inicialmente induzidos a supor que este templo remontaria a um período pré-românico. Todavia, a confrontação com outros dados, como o arco apontado que divide a capela-mor do corpo central, e alguns elementos resultantes da escavação arqueológica, obrigaram-nos a uma séria revisão da nossa primeira hipótese. A ausência de motivos decorativos referenciais concretos capazes de serem um elemento sério de comparação estilística, torna a tarefa de datação desta igreja muito difícil. Por outro lado, a promiscuidade dos poucos elementos que constituem o conteúdo estilístico/decorativo leva-nos à colocação das seguintes questões: a ausência do portal frontal terá algum significado especial, principalmente se tomarmos como elementar o simbolismo desse portal na mentalidade religiosa do Homem medieval? Se, como nos atestam os documentos, esta igreja já existia em meados do século XIV, isso significa que a sua construção se efectuou na primeira metade desse século ou durante os séculos transactos. Mas, se assim foi e – questão essencial – se foi edificada durante o período cronológico em que se desenvolve o românico no Norte de Portugal, quais os conceitos mentais pelos quais os construtores da igreja de S.

11 Alves (1983): IV, 212, n.º 55 . «... a dita vila de Amciaães he cercada a mor parte della de pedra miuda E que ora acercam de canto talhado e de torres e a querem afortelezar pela guisa que compra a nosso seruiço E que pera esto todo eles nom ha ajuda de nenhua parte salvo as meas terças das igrejas? da dita villa em as quaes terças dizem que nom a momtam mais em cada huu anno de cem libras as quaes terças dizem que lhes foram dadas per el rej Dom Pero...».

João se pautaram, para edificarem uma igreja sem um discurso sobre Deus ou sobre a Bíblia, precisamente ao contrário do que aconteceu com a igreja de S. Salvador intra-muros?

De momento, estamos na posse de um único dado: no reinado de D. Pedro, a igreja de S. João já existia, tal como a de S. Salvador. E, se já existia neste período, isso poderá significar que ou a igreja é construída durante os séculos XII-XIII ou primeira metade do século XIV e a sua arquitectura documenta uma expressão de arte popular que, por variados motivos, não fez recurso a projectos, técnicas e execução dos canteiros medievais, ou a igreja remonta a um período mais antigo e vai sendo, ao longo dos séculos, sujeita a sucessivas remodelações, como poderá ser prova o arco apontado que divide a capela-mor da nave central. Para tentarmos esclarecer estas primeiras hipóteses, temos programado para o presente ano a realização de um levantamento fotogramétrico dos seus panos graníticos e o alargamento da área escavada, que deverão trazer novas achegas. Para já, ficamos com um conjunto de dúvidas e com a apresentação dos primeiros dados resultantes da documentação e informação exumadas aquando das primeiras sondagens arqueológicas realizadas no local.

Após uma análise pormenorizada do povoado e do seu prévio levantamento topográfico, determinou-se a área de intervenção.

Realizadas as acções de limpeza da vegetação e derrubes que, de forma caótica, entulhavam o interior da igreja de S. João, iniciou-se a implantação da quadrícula no espaço a intervir. A quadriculagem estabeleceu uma malha geral de quadrícula organizada segundo o sistema decimal e estruturada em eixos X, que correm de Norte para Sul, e eixos Y, que correm de Oeste para Este. Os valores máximos atingidos situam-se em X-0 a 350 e Y-0 a 390. Desta forma, foi possível implantar uma quadriculagem de abrangência global do povoado que possibilitou gerar intercepções de um metro quadrado. As sondagens realizadas no interior do imóvel em análise situaram-se entre os eixos X-105 a 111 e Y-66 a 68 (fig. 2), gerando-se 3 sondagens de 2x2m cada, aumentadas posteriormente em mais meio metro para Sul.

A metodologia aplicada baseou-se numa adaptação do método de Edward C. Harris, que se constitui por Unidades Estratigráficas (U. Es.). Cada unidade estratigráfica corresponde a um registo individualizado de todo o tipo de depósitos de origem humana, a partir dos quais se pode inferir as acções de edificação e destruição, ocupação e abandono, e sua correspondente ordenação cronológica. Através deste processo, é possível detectar uma malha de relações e intercâmbios inscritos num registo estratigráfico onde se estabelece a articulação com os vestígios materiais e estruturais, de modo a apreender as correlações das acções passadas do homem num mesmo nível estratigráfico ou entre níveis diferentes.

O registo é efectuado a partir de uma ficha devidamente numerada que con-

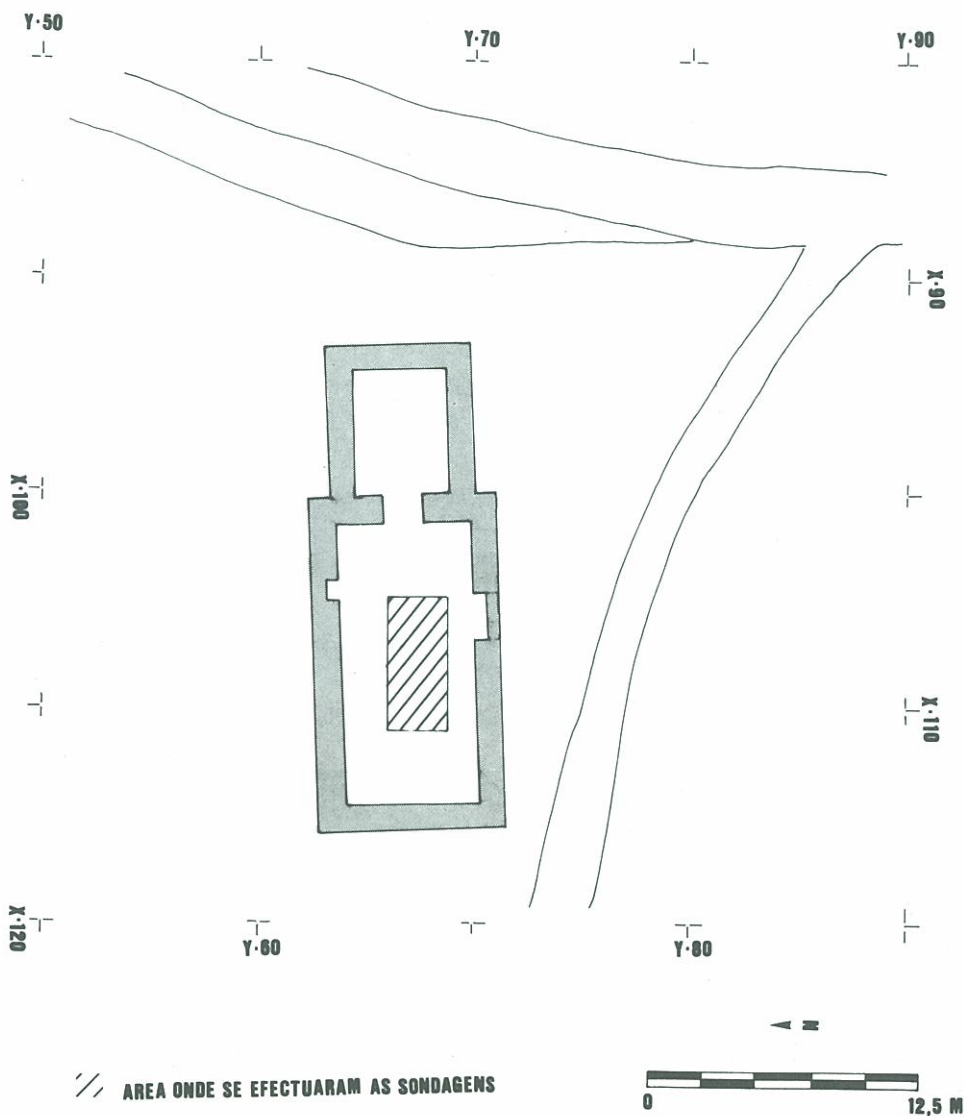


Fig. 2 – Igreja de S. João Baptista. Enquadramento das sondagens.

têm elementos descritivos referentes à coloração, textura, composição, localização, interpretação, caracterização e relação estratigráfica com o registo anterior e o registo seguinte. Esta actuação permite o isolamento e ordenação numérica de cada camada que é ainda documentada com um plano devidamente cotado à escala 1/20, uma ficha de registo de espólio e quatro registos fotográficos.

DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DADOS

A remoção dos derrubes e entulhos do interior do corpo principal da igreja revelou a existência de parte do lajeado original junto à parede Norte, com as dimensões aproximadas de 2 metros (N-S) e 8 metros (E-O). O entulho proveniente da limpeza foi sujeito a uma prévia peneiração da qual resultaram diversos materiais em que se salientam os fragmentos cerâmicos de uso comum, materiais de construção, alguns objectos metálicos e um reduzido conjunto numismático constituído por três ceitis e um dinheiro. Uma atenta observação das pedras provenientes dos derrubes permitiu detectar uma tampa de sepultura fragmentada, um fragmento de mó, e dois fragmentos, muito mutilados, possíveis estelas, que parecem representar a cruz de Malta.

Após a implantação da quadrícula, iniciou-se o processo de escavação, inicialmente constituído por duas sondagens mas que, devido ao aparecimento de uma sepultura, foi alargado a uma terceira sondagem. Desta forma constituiu-se um espaço de escavação total de 6x2,5 metros, onde se registaram 26 Unidades Estratigráficas.

A sepultura escavada apresentava-se selada, tendo dela sido retirados os restos osteológicos de um indivíduo em conexão anatómica, depositado em posição horizontal, de forma *decúbito-supino*, com os braços dispostos ao longo do corpo e as mãos sobre o peito. Os estratos do enchimento revelaram, nas cotas inferiores, alguns fragmentos de cerâmica votiva. A sepultura 1 (figs. 3, 4 e 5) foi cavada no solo, não apresentava qualquer tipo de estrutura pétrica e as suas dimensões distribuem-se do seguinte modo: comprimento 1,90m, largura 60cm, profundidade à cabeceira 48cm, profundidade aos pés 57cm. Os vestígios ósseos nela contidos foram sujeitos a um estudo no Centro de Investigação de Antropologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, resultando uma nota antropológica¹² onde se destacam as seguintes observações: «os restos ósseos analisados revelaram um muito mau estado de preservação, com fortes alterações tafonómicas decorrentes da acção de raízes que se impregnaram nos ossos (...), o crânio é a parte do esqueleto melhor preservada estando, ainda assim, bastante fragmentado. O grande desenvolvimento das arcadas supraciliares no osso frontal, leva a supor que nesta sepultura terá sido inumado um indivíduo do sexo masculino. Salienta-se ainda a presença de uma depressão mais ou menos paralela à linha temporal esquerda, que parece ter resultado de um trauma *antemortem*.» O indivíduo em questão deveria ser de meia idade e na altura da morte poderia ter mais de quarenta anos. A análise dos fémures não evidenciou sinais de robustez.

¹² Estudo realizado pela Doutora Eugénia Cunha.



Fig. 3 – Igreja de S. João Baptista.

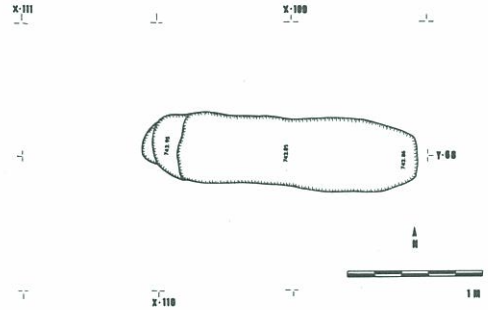


Fig. 4 – Igreja de S. João Baptista, Sep. 1.

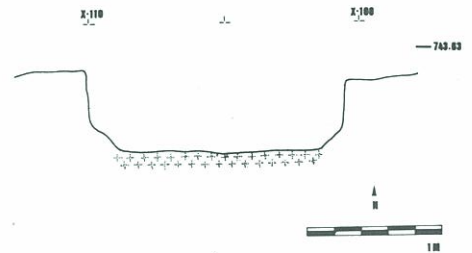


Fig. 5 – Igreja de S. João Baptista, perfil da Sep. 1, corte y. 68.

No espaço abrangido pelas sondagens foi ainda detectada uma zona de violação coincidente com uma estrutura pétreia (fig. 6) de forma antropomórfica e perfeitamente centralizada em relação ao espaço do corpo principal da igreja. Esta estrutura, escavada parcialmente, acabou por revelar, na metade abrangida pela sondagem, um conjunto de restos ósseos sem qualquer relação anatómica e distribuídos de forma anárquica pelo enchimento da violação. Pela «monumentalidade» desta estrutura e pela sua posição de centralidade, pensamos tratar-se de um ossuário ou de um túmulo de cariz familiar. O esclarecimento destas duas hipóteses só será realizado após a conclusão da sua escavação. De momento apenas podemos ficar com os dados resultantes do já referido estudo antropológico. Um dos crânios exumados desta estrutura apresenta características que sugerem ser de um indivíduo do sexo feminino, que teria mais de trinta e menos de quarenta e cinco anos e na altura da morte padeceria de algumas afecções a nível da cavidade bucal que seriam agravadas pela falta de higiene oral. Da análise laboratorial resultou ainda a leitura de um período de *stress* perpetrado a este indivíduo durante a fase de crescimento.



Fig. 6

UM ALERTA

Um contacto mais prolongado com a igreja extra-muros de S. João Baptista, bem como um exame mais pormenorizado do estado de conservação dos seus panos graníticos (particularmente a parede Oeste), levou-nos à conclusão de que se torna, a curto prazo, iminente a sua ruína. Assim pretende também ser este artigo um alerta e uma solicitação para que se verifique uma intervenção de consolidação o mais célere possível. Neste sentido, foi já contactada a edilidade local que, apesar de não ter responsabilidade em relação ao assunto, se mostrou disponível, através da sua secção de obras, para efectuar um escoramento que minimize a possibilidade de ruína. Resta-nos, pois, alertar as entidades competentes de toda esta situação, convictos que é da responsabilidade do exercício profissional da arqueologia denunciar situações em que o património ameaça degradar-se. Tal é o caso da igreja extra-muros de S. João Baptista do castelo de Ansiães.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança*. Bragança, 1983. Vol. IV.
- AGUILAR, José de – *Carrazeda de Ansiães e seu termo*. Carrazeda de Ansiães, 1980.
- ARGOTE, D. Jeronimo Contador de – *Memórias para a História do Arcebispado de Braga*. Lisboa, 1732-1747. 4 vols.
- FERREIRA, Cândida Florinda – *Carrazeda de Ansiães. Notas Monográficas*. Lisboa, 1932.
- LEMOS, F. Sande – *A Vila fortificada de Ansiães. Notícia preliminares das sondagens arqueológicas realizadas em 1987, na Vila fortificada de Ansiães*. «Cadernos de Arqueologia». Braga. Série II, nº 5 (1988), p. 51-64.
- MATTOSO, José – *Identificação de um país*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. 2 vol.
- MESQUITA, José Maria de Moraes – *Memórias Etymologicas e Históricas do concelho de Ansiães*. Porto: Typografia Comercial Portuense, 1857.
- MORAIS, João Pinto de; MAGALHÃES, António de Sousa Pinto de – *Memórias de Ansiães (1721)*. Carrazeda de Ansiães, 1985.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOUSA, Fernando de – *Alto Douro – Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença, 1988 (Novos Guias de Portugal).
- VITORINO, Pedro – *O Portal Românico de Ansiães*. Porto, 1916.